

Victor de Sá e a historiografia portuguesa contemporânea *

José Tengarrinha

Num relance sobre a vasta obra de Victor de Sá desde logo se destaca o traço, que permanentemente a atravessa, do estreito nexa entre reflexão científica, cidadania e intervenção.

Muito cedo tem como preocupação central a democratização da cultura, nomeadamente fomentando meios de acesso mais amplo ao livro. Desenvolve nessa direcção um labor intenso, sobretudo desde os princípios da década de 1940, com iniciativas que marcaram o seu tempo, como a Biblioteca Móvel (sistema domiciliário de leituras), que funcionou até 1950, e cuja experiência lhe merece um interessante opúsculo e, na mesma linha, outros 5 pequenos livros de divulgação na colecção significativamente denominada "Cultura e Acção", entre 1954 e 1961.

É então, nesse ano de 1961, que o seu trabalho intelectual se orienta mais decididamente para a reflexão histórica, com a publicação do ensaio *História e Actualidade*. Nele se desenham já algumas das linhas metodológicas que irão orientá-lo no futuro. História e actualidade são dois pólos que estarão sempre presentes na sua obra. Mas não no sentido de sujeitar a História a interesses imediatos do presente.

* Intervenção no colóquio "Uma cidadania para a história".

Tendo sido a época escolhida preferencialmente por Victor de Sá a contemporânea, levanta-se-nos o problema da sua posição perante a tendência de uma certa historiografia de reduzir a História mais próxima de nós a uma perspectiva meramente "actualista" ou a instrumento "explicativo" do presente. Estabelecer um nexu entre o presente e o passado recente permite, sem dúvida, alguma compreensão da génese de certas formações actuais e dos processos que lhes deram origem. Mas o que julgo estar subjacente na visão historiográfica de Victor de Sá é a negação de que a importância do conhecimento da História Contemporânea se confina a tentar projectar o passado sobre o presente através de uma relação simples, sob as exigências de um mundo dominado pela visão utilitarista, e não raro finalizadora, pela premência da eficácia imediata. Isto é, ao contrário da "historiografia" oficial do Estado Novo, que então utilizava o passado com o intuito de melhor justificar ou condenar o presente, pondo a memória ao serviço do presente e legitimando assim os comemoracionismos com os mais desconstruídos sentidos. Pensamos haver, sim, a preocupação de salvaguardar as distâncias, relativizar as incidências e, a partir de instrumentos de análise actualizados, saber detectar os mecanismos de mudança numa visão longa.

Para tal, sentiu Victor de Sá a necessidade de recuar no tempo e, ao divulgar escritos inéditos do estrangeirado Ribeiro Sanches, deu a conhecer uma penetrante reflexão sobre os males que afligiam a nossa terra e a dificuldade de encontrar-lhes solução, no curso do pensamento reformista europeu de meados do século XVIII¹.

Pois, limitando a compreensão do mundo actual ao passado próximo, aos factos mais recentes, perder-se-ia a verdadeira dimensão histórica da evolução das sociedades, dos seus ritmos, do intrincado jogo dos seus aceleradores e travões, das permanências e das mudanças. A História é essencialmente "cinemática" e não "fotográfica", sendo necessários termos de comparação mais longínquos. A não ser assim, mesmo num mundo em tão rápida mudança, dificilmente se apreenderiam as dinâmicas fundamentais de transformação da sociedade.

Como diz o nosso comum mestre Fernand Braudel: "Estes acontecimentos de ontem, por si sós, explicam e não explicam o universo actual. Com efeito, em diversos graus, a actualidade prolonga outras experiências bem mais afastadas

no tempo. Ela alimenta-se dos séculos volvidos e até de toda a evolução histórica vivida pela humanidade até aos nossos dias”. E prossegue: “Assim, um passado próximo e um passado mais ou menos longínquo misturam-se na multiplicidade do tempo presente: enquanto uma história próxima corre precipitadamente para nós, uma história longínqua acompanha-nos a passos lentos”².

Julgo, aliás, que a questão essencial poderá até ser deslocada para outra perspectiva: o que interessa verdadeiramente não é tanto a maior atenção dada aos factos mais recentes, mesmo actuais, ou aos factos longínquos, mas a maneira de abordá-los, nunca quebrando a relação histórica indissolúvel entre passado e presente.

Em tudo isto, claro, há hierarquias. Que não são fáceis, porém, de estabelecer. Ora na metodologia utilizada por Victor de Sá para a abordagem da história contemporânea de Portugal reconhece-se um norte preciso que é fundamental para a compreensão das sequências e para a indispensável visão de globalidade. Sem o que se arriscaria a vaguear numa sucessão – algo arbitrária, necessariamente – de acontecimentos dispersos e descontínuos, que era a orientação dominante da historiografia portuguesa tradicional quando a geração de Victor de Sá se lançou na História. Tenhamos em atenção, porém, que tal não significa perder de vista a contingência dos acontecimentos, a importância do fortuito e do singular, o papel das figuras históricas. Nem procurar detectar as grandes orientações e linhas de força por que se movem as sociedades pressupunha imprimir uma visão determinista que deixasse de ter em conta a pluralidade de situações e a variedade de direcções que podem seguir. Tudo isto nos coloca no cerne de questões metodológicas fundamentais que não eram de fácil maturação para quem fora impedido de exercer a docência e recebera na Universidade um ensino deficiente. Por isso procurou em Paris, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian durante 5 anos, o contacto directo e a aprendizagem com os maiores vultos da historiografia, numa atmosfera cientificamente estimulante, o que lhe permitiu dispor de condições favoráveis para a elaboração da sua tese de doutoramento.

Mas já antes, em Portugal, procurávamos, por vezes com dificuldade, ter acesso às grandes obras, sobretudo de historiadores franceses, que foram assim os nossos verdadeiros mestres.

Um, sobretudo, nos marcou profundamente pelo seu posicionamento perante a vida e a História: Marc Bloch, em especial essa grande lição de metodologia e de humildade científica que é a *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. Contra tudo o que nos fora ensinado na Faculdade, Bloch repudia a definição de que “a História é a ciência do passado”, pois a própria ideia de que o passado, como tal, pudesse ser objecto de ciência, é absurda. Como se poderia fazer dele matéria de um conhecimento racional sem selecção prévia, sem o esforço de análise que, pouco a pouco, operava a necessária classificação?

Para Victor de Sá e os historiadores e intelectuais das décadas de 1950 e 1960, em geral activos oposicionistas à ditadura salazarista, esta era uma questão fundamental. E quem, melhor que Bloch, nos poderia ensinar a necessária dimensão de cidadania do historiador, ele que redigiu a *Apologie pour l'Histoire* na clandestinidade da ocupação nazi e, como chefe de uma rede de resistência, acabou por ser fuzilado com sua mulher? Com ele nos identificávamos, pois, inteiramente, quando dizia: “Os laços de inteligibilidade são de duplo sentido: a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado; mas não menos vão é tentar compreender o passado se não se sabe nada do presente”³.

Esta faculdade de apreensão do que é vivo constitui a qualidade central do historiador, necessariamente com os olhos bem abertos à sua volta para os homens, para as coisas, para os acontecimentos. Em duas palavras, a necessidade de inserção do historiador na trepidação do presente. Ao contrário, pois, da historiografia oficial então dominante que procurava defender a castidade de Clio contra os contactos demasiado ardentes dos factos próximos. E que afastava os objectos de estudo tão longe quanto possível da actualidade, reduzindo o historiador ao puro erudito, ao recolhedor de documentos no silêncio dos arquivos onde não chegavam os ruídos da cidade.

É esse vazio, esse silêncio da historiografia portuguesa que Victor de Sá e os historiadores da sua geração pretenderam preencher.

Vejamos que durante cerca de meio século de ditadura as instituições de ensino e culturais portuguesas haviam estado fechadas às mais avançadas correntes do pensamento mundial. O que, no respeitante às Ciências Sociais, se traduziu

em marginalização relativamente às inovadoras metodologias e perspectivas teóricas emanadas dos países da Europa continental e anglo-saxónicos.

A existência de uma severíssima censura prévia, as grandes dificuldades de comunicação e de transmissão cultural fora dos mecanismos oficiais, a proibição de importação e venda de livros considerados “subversivos”, os assaltos pela polícia política às bibliotecas particulares, a suspeição e vigilância permanentes sobre os intelectuais e, em geral, o denso clima repressivo que se vivia impossibilitavam o debate amplo de ideias, limitado a círculos muito restritos sem ligação à sociedade.

Sobre este quadro projectava a sua sombra conservadora a Universidade, politicamente controlada, de que haviam sido expulsos ou perseguidos e impedidos de entrar os que mais frontalmente se opunham ao regime.

A situação era particularmente grave quanto ao ensino da História na Universidade. Traduzia-se num anciloseamento do corpo docente, em limitações dos estudos e restrições temáticas. Significava um considerável retrocesso, mesmo relativamente a tempos não muito recuados. Os temas dominantes, então, na historiografia portuguesa eram a formação da nacionalidade, a Alta Idade Média, os Descobrimentos e a Restauração, através dos quais se procurava fazer a exaltação dos sentimentos nacionalistas e a legitimação do império colonial pela grandeza da “epopeia” e da missão evangelizadora dos portugueses. Os estudos sobre o século XIX e o Liberalismo eram desaconselhados, quando não mesmo impedidos, o mesmo acontecendo com a República e o século XX em geral.

Não surpreende, pois, que muitos historiadores marginalizados da Universidade tenham privilegiado o século XIX e o Liberalismo, sendo este o tempo das liberdades, em contraste com a ditadura que se vivia. Produziu-se então um conjunto considerável de obras que foi, sem dúvida, um elo de ligação indispensável com os estudos que irromperam neste domínio após o 25 de Abril. E se esses trabalhos foram editados com êxito assinalável, renovando a historiografia sobre a contemporaneidade portuguesa e até influenciando os estudantes universitários, tal ficou a dever-se ao apoio de algumas editoras, com especial destaque para a “Coleção Portugalia” dirigida por Augusto da

Costa Dias. Foram mais de 30 títulos, com notável êxito editorial, de Victor de Sá, Augusto da Costa Dias, Armando Castro, Alexandre Cabral, Alberto Ferreira, Joel Serrão, César Nogueira, António Borges Coelho e de mim próprio.

A historiografia sobre Oitocentos apresenta, então, algum pendor generalista, que resultava da necessidade de proceder a novas interpretações globais que contrariassem as teses ou preenchessem os vazios e silêncios da historiografia e do ensino oficiais. Bastará dizer que, na Universidade, a disciplina do último ano da licenciatura era “História Moderna e Contemporânea”, assim normalmente não indo além da Expansão e muito excepcionalmente chegando ao Marquês de Pombal, que já era encarado com alguma suspeição.

Só numa fase posterior, e nomeadamente após 1974, o ensino e as investigações sobre o século XIX, passando a integrar-se no quadro universitário, terão maior continuidade. Obedecerão mesmo, por vezes, a planos de estudos promovidos por institutos ligados às universidades. Ao mesmo tempo, abandonava-se uma certa tendência para as visões globalizantes, desenvolvendo-se preferencialmente investigações mais circunscritas temporal e tematicamente.

Em qualquer destas duas fases da historiografia portuguesa sobre Oitocentos Victor de Sá tem presença muito relevante, influenciando o ensino na Universidade e a renovação dos estudos.

Desde os primeiros trabalhos sobre Antero de Quental, em 1942, que marcaram verdadeiramente o início da sua carreira literária, os temas oitocentistas dominam os seus escritos.

Das mais valiosas contribuições iniciais são as que revelam o pensamento de Amorim Viana e o seu posicionamento crítico perante Proudhon, que abrem um caminho novo para o conhecimento de uma das maiores figuras do pensamento português do século XIX, nas suas diversas vertentes de filósofo, matemático, socialista. A questão é de assinalável importância, sabendo-se quanto a influência proudhoniana foi profunda sobre Antero e a geração de 1870 e, mesmo além dela, sobre os ideólogos do movimento operário português⁴.

Em *Perspectivas do Século XIX*⁵ Victor de Sá lança alguns novos temas que são o ponto de partida para estudos que desenvolverá nos anos seguintes como centrais do seu labor historiográfico.

Entre eles, destaquemos o capítulo sobre “A introdução do estudo da economia política em Portugal” que traz novidades assinaláveis; por exemplo, no subcapítulo sobre “Os estudiosos portugueses da economia política antes da revolução de 1820” sublinha a importância de Rodrigues de Brito, Silva Lisboa e Acúrsio das Neves, sendo particularmente significativa a chamada de atenção para Francisco Solano Constâncio, cuja obra era desconhecida entre os nossos estudiosos, apesar de ter dado contribuições valiosas para o pensamento económico do seu tempo (como, por exemplo, ter sido o primeiro tradutor para francês dos economistas britânicos Ricardo, Malthus e Godwin, traduções acompanhadas de preciosas notas que mereceram a admiração dos seus contemporâneos europeus)⁶. De não menor importância são as referências a outros economistas, nomeadamente Oliveira Marreca, que tem considerável influência no nosso pensamento económico e vida política oitocentista, mas até aí praticamente ignorado e que, depois, foi também objecto de várias análises.

Ao estudar, ainda nas *Perspectivas do Século XIX*, “A primeira imprensa socialista em Portugal”, Victor de Sá estava a lançar pela primeira vez a proposta de que na transição da primeira para a segunda metade do século XIX nascia em Portugal um pensamento socialista organizado em torno de alguns jornais onde a divulgação das novas ideias se fazia por homens como Amorim Viana, Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Custódio José Vieira, Vieira da Silva, entre outros. Para além de alguma heterogeneidade ideológica destes autores, Victor de Sá reconhece neles a unidade central de um pensamento socialista utópico que lhe permite avançar com a proposta, inovadora, da “Geração de 1852”. A que pertencem, como nos revela, literatos como Arnaldo Gama, Delfim Maia e Coelho Lousada; filósofos e sociólogos como Amorim Viana e Custódio José Vieira; críticos e divulgadores da História e da Ciência como Ribeiro da Costa e Almeida, Gaspar Ribeiro e Latino Coelho; economistas como Amorim Viana e Oliveira Pinto; doutrinadores e militantes como Lopes de Mendonça, José Felix Henriques Nogueira, Sousa Brandão, Carlos José Caldeira, Custódio Brás Pacheco, Francisco Vieira da Silva, entre outros.

Victor de Sá mostra-nos como será truncada a compreensão dos fundamentos ideológicos da “Geração de 70” se não houver em conta as novas propostas teóricas desta “Geração de 1852” que representam uma primeira ruptura, apresentando um sistema de ideias com considerável articulação e consistência.

Depois disso, a nova fase da sua vida que se desenvolverá em Paris durante 5 anos, desde 1963, terá profunda influência na sua formação científica.

Sigamos o seu próprio testemunho no livro *Liberais & Republicanos*: “Sei por experiência própria de sofrimento feito o que é demover destroços de conhecimento antigo julgado sólido, mas que de repente começa a ruir, a ruir e ruir ainda por muito tempo, até nos deixar mergulhados na obscuridade das derrocadas. Foi a experiência colhida em Paris, ia no dobrar da idade, quarentão, quando me vi afundar na ignorância daquilo que ingenuamente julgava saber” [...] “Sabia, enfim, segundo os conhecimentos convencionais do meu tempo. E já isso era coisa entre nós de espantar, porque o ideal, o comum e o mais cómodo então era saber coisíssima nenhuma dessa matéria perigosa que eram os partidos políticos e outras coisas assim da história contemporânea. História contemporânea que aliás não se aprendia nem ensinava. Nem era história sequer, que história era então uma disciplina pura, suprapartidária, em que os acontecimentos só podiam analisar-se depois de decantados pelo tempo, quando o historiador mergulhasse na sua reconstituição com as vestes sagradas de sacerdote ou pitonisa de uma religião intemporal em que já não imperassem mais as paixões. Numa palavra, a história-alienação”. E foi esse contacto com um meio “intelectualmente exigente na estruturação racional do conhecimento” – como diz – que o fez ter consciência da “insubsistência dos esquemas históricos de que era portador, de todo insusceptíveis de permitir ao menos esboçar um diálogo com portadores de outros esquemas, esses já intensamente confrontados com múltiplas críticas, o que em Portugal durante decénios foi impensável. Então, senti-me no vazio, no ponto zero do conhecimento. E espantava-me de como era possível em Portugal sobrevivermos ainda, como se de um país de fadas se tratasse, com as historiazinhas contadas puerilmente de geração em geração, de que os demagogos políticos usavam e abusavam com algum sucesso nas suas arremetidas oratórias perante públicos ignaros”⁷.

Neste testemunho impressionante, onde se reconhece a mensagem atrás referida de Marc Bloch, são patentes as dificuldades e limitações dos historiadores marginalizados na sua própria terra pelo Estado Novo nos anos 50 e 60. Dificuldades resultantes de viverem num meio sufocante sem fácil contacto com as mais actualizadas correntes historiográficas, num meio dominado

pelas mitificações e mistificações usadas para legitimação do regime, que se repetiam acriticamente, infundavelmente. Mas desse ambiente fechado, sem debate livre e amplo de ideias, resultava uma outra limitação científica para estes historiadores – de que mais tarde tivemos consciência – e que de algum modo parece transparecer das palavras de Victor de Sá. É que tais condições propiciavam que os próprios historiadores, não beneficiando dos confrontos críticos indispensáveis, tivessem a tendência para se acomodar nos seus próprios esquemas explicativos resultantes por vezes de pontos de partida ideológicos nem sempre suficientemente abertos. Com o que se ressentiu alguma produção historiográfica desse tempo. Em boa hora, pois, Victor de Sá pôde beneficiar do contacto com os maiores historiadores franceses.

E daí nasceu a sua tese de doutoramento *Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)* de que saíram 3 edições (1969 e 1974, Lisboa, Seara Nova; e 1978, Lisboa, Livros Horizonte), com a impressionante tiragem total de 19 000 exemplares. Vem na continuidade de estudos e linhas de reflexão que já aflorara em alguns dos trabalhos citados, mas a que dá agora maior aprofundamento e exigência científica.

Na altura em que o trabalho foi elaborado ainda mais se fazia sentir – em contraste com a abundante produção estrangeira – a ausência em Portugal de tradição de investigação em matéria de história social ou de ideias sociais. Focavam-se predominante ou exclusivamente as ideologias no plano literário, mas este analisado como um fenómeno autónomo, sem ligação com a sociedade. Foi essa uma das batalhas mais insistentes que desenvolveu a geração de historiadores das décadas de 50 e 60, em ruptura com um longo passado. Nessa linha merece particular destaque o consistente trabalho de Augusto da Costa Dias, hoje injustamente esquecido, *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa. O nacionalismo literário da geração de 90*⁸.

Assim, também Victor de Sá em *A Crise do Liberalismo* dá uma contribuição metodológica assinalável, estabelecendo o nexu indissolúvel entre o quadro político, social, económico e as ideologias de pendor socializante que se desenvolvem em Portugal da Revolução Liberal à Regeneração.

Os grandes marcos da primeira fase da construção da sociedade liberal estão aí estudados a partir de perspectivas originais que, além de trazerem a lume

novos dados, procedem a reinterpretações que abrem fecundos caminhos de reflexão: assim as análises do primeiro período liberal, da grande burguesia liberal, da Revolução de Setembro (1836) e do “Setembrismo”, da guerra civil da “Patuleia” (1846-1847) e das repercussões em Portugal do movimento revolucionário de 1848. Em articulação com os múltiplos factores que se desenvolvem neste quadro – e não num sentido determinista e unívoco – presta contribuições originais ou mesmo avança pela primeira vez para o conhecimento do pensamento de figuras que marcaram fortemente o seu tempo e depois permaneceram subalternizadas ou esquecidas, como são os casos, entre outros, de Francisco Solano Constâncio, Silvestre Pinheiro Ferreira, Oliveira Marreca. E é nesse quadro que surge com toda a clareza e inteligibilidade a emergência em Portugal das primeiras ideias de pendor socialista já com algum grau de consistência.

Devem igualmente merecer referência duas pequenas obras que, sendo de divulgação, não deixam por isso de trazer pensamento novo sobre dois momentos angulares da nossa história contemporânea: *A Revolução de Setembro de 1836* (Lisboa, Dom Quixote, 1969, de que saíram 3 edições) e *Instauração do Liberalismo em Portugal* (Lisboa, Livros Horizonte, 1987). E ainda *Época Contemporânea Portuguesa. Onde o Portugal velho acaba* (Lisboa, Livros Horizonte, 1981) que constitui uma valiosa contribuição didáctica para o estudante de história contemporânea portuguesa.

A linha de trabalho que depois do 25 de Abril desenvolve sobre o movimento operário dá a lume obras que constituem referências incontornáveis, nomeadamente no domínio da imprensa operária. O debate livre de ideias que se desenvolve no Portugal democrático atrai-o ainda para reflexões mais gerais ou com maior carga ideológica como *A História em Discussão* (Lisboa, Dom Quixote, 1975), *Repensar Portugal. Reflexões sobre o colonialismo e a descolonização* (Lisboa, Livros Horizonte, 1977) ou *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal* (Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978).

Embora após o 25 de Abril, e em grande parte devido às novas condições institucionais, a historiografia sobre o século XIX português tenha efectuado uma viragem no sentido de maior delimitação cronológica e temática, é evidente que, para tal, foram indispensáveis os estudos oitocentistas que a

antecederam. Pesam, sem dúvida, algumas suas carências metodológicas que hoje podemos reconhecer derivarem de certos limitados pontos de partida ideológicos. Mas foi uma etapa da nossa historiografia sobre Oitocentos que, entre outros, alcançou três objectivos inapagáveis.

O primeiro, preencher um vazio, um desses “silêncios da História” de que fala Marc Ferro em *Histoire sous surveillance* com que certas sociedades pretendem ocultar-se, em especial quando submetidas a regimes autoritários.

O segundo, contrapor a uma história descritiva de factos singulares e descontínuos, conectados por simples relações de causa e efeito, tão ao gosto da historiografia tradicional, uma história interpretativa com sentido de globalidade.

E, o terceiro, desmontar a ideia insistente no ensino e nos livros de História durante a ditadura salazarista de que o Liberalismo e a República nada mais tinham sido do que uma sequência de revoluções sangrentas e lutas fratricidas que só encontraram descanso no Estado Novo.

Isto é, havia necessidade de um esforço de reinterpretação que desse a verdadeira dimensão histórica dos tempos anteriores como os que lançaram as bases e definiram as direcções fundamentais do Estado e da sociedade contemporâneos.

Nessa corrente de novos historiadores que emergem nas décadas de 1950 e 1960 e que têm como objecto de estudo preferencial o século XIX, Victor de Sá é um dos que prestam contributo mais valioso para a viragem da historiografia tradicional nessa temática e, por isso, seguramente, nunca deixará de ser referência saliente na historiografia portuguesa contemporânea.

Notas

¹ *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, selecção, apresentação e notas de Victor de Sá, Porto, Ed. Inova, s.d..

² *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989, p. 10.

³ *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*, 4.^a ed., Paris, Armand Colin, 1961, p. 13.

⁴ Ver, sobretudo, *Amorim Viana e Proudhon*, Lisboa, Seara Nova, 1960; e *Sociologia em Amorim Viana*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

⁵ Lisboa, Coleção Portugália, 1964; 2.^a ed., Porto, Limiar, 1976.

⁶ Foi o ponto de partida para trabalhos posteriores sobre Constâncio, de vários autores, nomeadamente o de maior fôlego de Maria Leonor Machado de Sousa intitulado *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos primeiros decénios do século XIX*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1979.

⁷ *Liberais & Republicanos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, pp. 7-9.

⁸ Lisboa, Portugália Editora, 1.^a ed. 1962; 2.^a ed. 1964.